

ASPECTOS DO “MEMORIAL” (1565-1628) DE PERO ROIZ SOARES

O prof. Lopes de Almeida, uma das primeiras autoridades portuguesas no conhecimento da história do século XVII, acaba de publicar nesse notável empreendimento editorial que é a coleção *Acta Universitatis Conimbrigensis*, de que é diretor juntamente com o prof. Joaquim de Carvalho, o “Memorial” de Pero Roiz Soares, uma das mais notáveis fontes do final do reinado de D. Sebastião e de todo o do cardeal D. Henrique, e da 1a. parte do período filipino, fonte essa até hoje inédita e pouco conhecida. Na verdade, o “Memorial” será imprescindível a quem queira conhecer o fim do século XVI e os começos do século XVII em Portugal, assim como em Espanha e até mesmo no Brasil, pois aí abundam informações curiosas e circuntanciadas a seu respeito, como adiante se referirá. O período que abrange estende-se desde 1565 até 1628.

Lopes de Almeida, num pequeno intróito, anuncia-nos para breve o estudo completo do manuscrito, o 938 do Fundo Geral de Manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa. Nesse estudo, que constituirá a 2a. parte da obra agora dada a lume, aquêl professor promete contar-nos a história externa do manuscrito, estudará o ambiente moral, social e a personalidade do autor não deixará também de ser encarada, sendo de esperar um substancioso e profundo estudo, atendendo ao conhecimento vasto do prof. Lopes de Almeida.

Quanto ao conteúdo do manuscrito, agora transposto para letra de forma, dois problemas se levantam imediatamente:

- 1.º — Interêsse do relato para a História;
- 2.º — Quem é Pero Roiz Soares, cuja identidade se desconhece por completo.

Vejamos, pois, o 1.º problema.

I — A primeira impressão que nos assalta é esta: o “Memorial” constitui uma peça política do mais alto interêsse, e pode incluir-se, sem sombra de dúvida, como das mais enérgicas contra o domínio castelhano. Sem nos querermos servir de uma expressão de nossos dias, diríamos que se incluiria na literatura da “resistência” ao invasor, como Hernani Cidade pretendeu fazer com a sua obra “A literatura autonomista sob o domínio filipino”.

Logo no começo (pg. 13), o A. estabelece um paralelo entre os tempos gloriosos que decorreram e a miséria dos tempos que se seguiram: “...Neste tempo (1566) Resplandecião m.tas outras

obras... mostrarão a constância do nome Portugues e de suas nobrezas e lealdades...”.

Anda no ar a desgraça de Alcácer-Quebir. E a crítica a D. Sebastião não se faz esperar: “Como el Rey gostasse tanto destas ordenanças (a guerra) que tão caro custarão a portugual...” Ou então: “El Rey a este tempo todo seu decenho e inclinassão era guerra e caça dado que ia o apetite da caça lhe hia passando entrando no da guerra com m.tos desseios que parese lhos incitava dẽ para por hi vir a dar tão gravissimos castigos a portugual”... O próprio povo murmura, a par dos fidalgos (pgs. 71-72), havendo mesmo trova onde o fato se deixa transparecer. O rei ausenta-se de Lisboa, há fome na Beira, as tempestades assolam o país. o “Roçio q̄ paressia mar e a rua nova o mesmo... porque semtupirão os canos Reais da çidade e arebentando os canos pera fora...”

Alcácer-Quebir avizinha-se. O A. estabelece então um paralelo entre o florescimento de Portugal (pg. 86), “que era o mor q̄ nunca teve de Riquezas e de tudo...”, e os propósitos do rei que, ao voltar de Espanha mandou “aJuntar o neçessario a sua Iornada tam dezaventurada”. Seria lástima ver ajuntar tanta gente para se abalar a África — “. . . a lastima dos pobres hoĩs lavradores Cazados que traziaõ como carneiradas com çem mil filhinhos por não terem com q̄ se Resgatar que todos os que tinhão a dez Cruzados a sinco a quatro a tres os largavaõ os officiais da meliçia...” Mas os maus indícios também surgem a cada passo: cometas, mortes. Vêm estrangeiros, como 900 italianos, 3000 alemães, 3000 castelhanos, que formarão também fôrças poderosas e recebem grandes facilidades. Vão aventureiros de abalada também para o norte de África, uns dois mil ao todo. Cada soldado leva uma carga considerável “nove aratẽ de biscouto aratel e m.º por dia e m.º almude dagoa a tres quartilhos por dia o conduto as camizas hũ arcabus ou piq̄ sua cetada ou capaçete emfim vem a ser Corenta ratẽ de pezo pelo menos a cada soldado.” E o desconhecido autor exclama... “vede que tal podia o martir chegar para peleijar”. Além disso, havia descontentes e o tempo não corria de feição para as nossas tropas — “Aos quatro dias de caminho que faraõ das mores calmas do mundo Calmas dagosto era a fome e cede tam geral que searaõ os banquetes e cresseraõ as pragas...”

O A. descreve, a seguir, a batalha, cujo resultado se pode resumir assim... “e nestas tres oras negras q̄ não podiam ser mais q̄ durou nossa perdissaõ era a calma tamanha e o poo tam grande quanto podia ser de manra que o discreto leitor nestas tres oras cerre os olhos e abrindoos achara os campos cheos de mortos hũs sobre os outros a terra toda Regada de Ribeiras de sangue os ques-caparaõ cruzados atados despidos todos cativos com tantas Infamias e vituperios... basta que faltarão cordas para atar os prinjipes.”

A idéia que ressuma da descrição e àquela que o A. já deixara antever, muito antes de Alcácer-Quebir; a de que a pátria estava perdida.

Mesmo o reinado do cardeal D. Henrique não passou de um mero episódio que desembocou com força e energia no domínio filipino. Pero Roiz Soares duvida mesmo das possibilidades do cardeal como rei, embora diga que procurou consolar as desventuras do reino.

Uma figura, porém, começa a simbolizar o anti-castelhanismo: D. Antônio, prior do Crato, que o A. já nos apresentara, páginas antes (pg. 50), nos seguintes termos: “. . . se criou sempre no paço com todos os prinsepes em Abito de clerigo aprendendo para isso ate tomar ordens de evangelho porem o cardeal dom Anriq seu tio lhe teve asco por dizerem q̄ era mundano e andando desfavorécido e pouco contente de sy e menos dessejoso de ser sacerdote se foi por en tangere em abitoss seculares” (1571) . . .

Para mais, o tio expulsa-o da côrte. Mas D. Antônio passa a conspirar pelo que o rei o persegue com denodo, pois o sobrinho andaria, pelo país fora “prometendo Vilas e outras cousas a pessoas prinçipais e fidalgos pera q̄ tōmassem a sua vos e procurando q̄ os precuradores do povo fizessem o mesmo . . .”

Reunem as côrtes de Almeirim e Coimbra revolta-se por intermédio da sua câmara, cidadãos e até estudantes — “Soltaraõ palavras de dezobediência en favor do sōr dom Ant.^o que la estava no mostr^o de santa cruz”. O rei-cardeal mandou “peloo coregedor de santarem prender aos precuradores da cidade de coimbra que eram vindos as cortes e mandou que dentro em tres dias se fossem apresentar no castelo de coimbra a qual prizam foi feita dia de natal pela menham”. No entanto as coisas nas côrtes de Almeirim “se hiam baralhando cada ves mais” e vieram soldados “por q̄ avendo algum motim ouvesse guardas”. A figura de Febo Monis também ai apparece como um anti-castelhano quando diz com desassombro ao próprio rei: “V. A. quer dar este nosso Reino a castelhanos — deo V. A. a hũ portugues mas que seia huã figura daquelles panos que disse serem todos m.to contentes e consolados. . .” A 5 de fevereiro de 1580 o rei D. Henrique morre e há as habituais manifestações funebres, mas “com tam pouco sentimento que mais paressia Comprim.^o de Just.^a que sentim.^o de Rey natural”, pois adivinham-se as futuras atribulações da pátria, que está sem norte. D. Antônio, perante a attitude dos governadores que ficaram a dirigir o reino e que se inclinam para Castela, é aclamado rei em Santarém; Lisboa presta-lhe obediência. Filipe II de Espanha invade o país e D. Antônio prepara-se para a resistência, onde chega a haver uma bandeira com mais de 400 negros, os quais, em caso da vitória nacional, depois, seriam forros e se lhes pagaria um soldo.

D. Antônio, após a derrota de Alcântara, onde encontramos uma das páginas mais belas de todo o “Memorial” (pg. 179), sai do país.

E que faz a nação? Ou passa a ser “antonista” (pg. 296) ou passa a ser sebastianista, de qualquer maneira o jugo estranho aí está e há que o suportar, apesar de que se vai mantendo sempre vivo o desejo de independência. O próprio autor se refugia, embora o sentido trágico nunca deixe de estar bem presente, numa certa amargura temperada aqui e ali por uma nota irônica, como aquela que dá ao relatar-nos a partida da “Invencível Armada”, “armada que levava mais vinho q̄ auga não podia deixar de não t̄er máo successo. . .”.

A 24 de agôsto de 1595 falecia D. Antônio em Paris, notícia “com a qual . . . m.tos se alegrarão e outros entristiserão pelas esperanças que tinham de o verê Inda em portugual. . .” A partir dessa altura, as esperanças do A. na independência para breve são levadas para longe. Então, toda a obra assume até ao fim um sentido de tragédia profunda. Temos dela várias notas características, tais como: o castelhano a ser inferior; o ódio, que os portuguezes lhe patenteiam, revela-se nas permanentes escaramuças adentro da própria Lisboa; a esquadra inglêsa a pairar ao largo do pôrto de Lisboa e a evitar a vinda das frotas da Índia e do Brasil; a carestia da vida. Por cima de tudo isto soa o sino de Velilha com o seu tanger anunciador de tragédia e êle toca uma, duas, três vêzes. No próprio túmulo de D. Afonso Henriques, em Santa Cruz de Coimbra, se escutam pancadas proféticas dadas, possivelmente, pelo rei que aí se encontra sepultado.

Desta forma a nação anda perfeitamente à deriva, tentando, talvez, achar um norte que a conduza a pôrto acolhedor. E o *sebastianismo* começa a parecer como forma redentora, consôlo de infelizes e desesperados. Afirma Oliveira Martins que êle é uma herança trazida pelos celtas. Outros dizem que é de origem judaica, e outros, ainda, proclamam que êle se originou do contacto entre uma terra que se acaba e um mar misterioso que começa. De qualquer maneira, o sebastianismo seria uma constante do caráter português. Lúcio de Azevedo afirmou a seu propósito: “Nascido da dor, nutrido-se da esperança, êle é na *história* o que é na *poesia* a saudade, uma feição inseparável da alma portuguêsã”.

Que é afinal o sebastianismo? Recorramos ao autor últimamente citado: “A crença messiânica em um salvador, que há-de reunir a pátria e exaltá-la ao domínio universal. . .”

Desde já discordamos de um ponto: a de que o sebastianismo seja uma constante do espírito nacional. De resto, as chamadas *constantes do espírito nacional* são muito variáveis quer no tempo e quer até no espaço. Verificam-se, sim, constantes *durante algum tempo* e depois surgem outras que as substituem. Dir-se-á: mas há a idéia do V Império que irrompe com muito arrebatamento no século XVII português! Ninguém a nega. Mas tal idéia é filha direta da provação por que se passara de 1580-1640, e surge o tal V Império como uma *forma de compensação*, que pretende suprir a agrura anterior. O sebastianismo, durante tôda a ocupação filipina, foi uma idéia sa-

lutar que manteve vivo o espírito da pátria e da independência, embora de uma maneira um tanto nebulosa nos seus contornos, mas nítida no seu ponto principal — um governante português!

Afirmar em nossos dias que o sebastianismo ainda persiste na mentalidade portuguêsã é fazer afirmação que reputamos infundada. Será confundir tradicionalismo com sebastianismo, e as coisas são bem diversas! De resto, as forças que incidem sobre a mentalidade portuguêsã são muito variáveis. Teríamos mesmo que trazer a terceiro o problema de saber se há uma mentalidade portuguêsã uniforme... Basta lembrarmo-nos do conceito de geração para não a tomarmos em boa conta. Que saibamos há, neste momento várias gerações e de mentalidade dispar: A de 1900 com o seu nacionalismo; a do após guerra de 1914-1918, a do "Orfeu" com Fernando Pessoa e Sá Carneiro com o seu modernismo; a da "Presença" de 1925 com o seu subjectivismo proustiano; a de 1939 com o seu realismo social... Umãs estão no poder, e outras aspiram-no, e são polémicas, como o dizia Ortega y Gasset.

Desta forma, o sebastianismo é uma recordação que teve um papel importantíssimo em especial na passagem do século XVI para o século XVII, mas depois morreu. E morreu, possivelmente, como força intelectual impulsionadora, com a reação dos "estrangeirados" no século XVIII. Poderia ainda continuar a subsistir, mas apenas como forma de mentalidade inferiorizada, que hesita entre a crença e o medo.

Se hoje se houvesse de passar, por desgraça nossa, por uma crise idêntica à de 1580-1640, seria natural que a resistência tivesse uma expressão muito mais definida e não fôsse um ansêio um tanto nebuloso, mas realmente fecundo. Que quer tudo isto dizer? Que nem o sebastianismo, nem a crença num domínio do mundo por banda dos portuguêses, seja uma constante presente na mentalidade lusíada. Vejamos mesmo o caso espanhol. Neste ainda há uma "hispanidad" que se prolonga pelos tempos, enquanto nós não temos a consciência da "lusitanidade" como forma que transcenda as fronteiras e abraça o Brasil, como filho intelectual do velho Portugal. Vivemos longe dêle e cada um segue o seu rumo sem atentar um noutro, embora haja inúmeros laços que nos unem e nos levam a uma simpatia, mais imorredoura do que, talvez, a "hispanidad". Mas esta é mais enérgica, trágica, e obriga a servir, a beber na própria fonte madre. De resto, o espanhol e o filho da "hispanidad", tem a nostalgia do seu solo, quando o transplantam para outra nação ou mesmo quando o conduzem para alguma região da América Latina — quando se torna não um *desterrado* mas sim um *transterrado* —, êle dirá, como Cláudio Sánchez-Albornoz: "De Avila vengo y a ella iré un dia, vivo o muerto, por que quiero dormir el sueño último junto a una vieja encina, bajo el alto cielo de Castilla".

O sebastianismo, voltamos a repetir, é uma constante de um certo traço da evolução espiritual da grei portuguêsã e não se pro-

longa para lá dêsse período. Pode reaparecer? Claro que pode, mas será sugerido sempre que se verificarem as condições que o geraram em certo momento. Não está imanente, nem sequer latente ou em potência. Surge, cria-se sempre que as condições são propícias à sua formação e por isso nos dá a ilusão de que esteve sempre presente, influenciando na nossa mentalidade.

E' inegável que o "Memorial" de Però Roiz Soares constitui uma notável contribuição para a gênese do sebastianismo no final de Quinhentos e no princípio de Seiscentos. Não são, evidentemente, os falsos reis que aparecem aqui e ali que levam à criação de tal idéia complexa. E', sim, o clima de angústia e desespero que êle relata, que conduzem à redenção pelo sebastianismo. Atentemos nos indivíduos que se querem fazer passar pelo rei que desapareceu misteriosamente em Alcácer-Quebir. São êles: 1) o de Penamacor, 2) o da Ericeira, 3) o pasteleiro de Madrí e o 4) o calabrês Marco Túlio Catizone.

Do de Penamacor diz o seguinte: "... da perdissão del Rey dom sebastião sempre o faziam vivo e q̄ se salvara da batalha pelas Rezois que atras ouvistes (e são elas indicadas na pg. 101; "... "el Rey diseraõ que o acharaõ morto no campo com feridas e o conheseraõ e como tal o Recolheraõ tendoo em custodia ate o trazerẽ a este Reino... mas não deixou daver esritos de contradissão neste ser el Rey ou não ser porq̄ avia m.^l fidalgos que afirmavãõ vello Salvar..."; e mais abaixo indica: "... não escaparãõ muitas pessoas e alguãs q̄ acodirãõ ao Rio pera se salvarẽ na armada cuidando achala ahi ficavaõ mais eRedados porq̄ a armada nesse dia e nessa noute deu a vela e se veyo caminho de Arzila. E este hera hũ grande argumento q̄ davaõ para serteficarẽ salvarse el Rey...") e tam crente andava isto en todas as pessoas e de todas as calidades que por sem duvida o tinhãõ e afirmavaõ e não tam som.^l fidalgos E povo mas Religiosos E pregadores nos pulpetos o davam a entender não se falando noutra coussa..." mas o embuste foi descoberto, embora se tivesse ganho muito com isso, pois os beirões, a quem o falso D. Sebastião falava... "Criam facil.^l ser aquelle e hianse a elle e dizianlhe sevos snõr Sois el Rey dom sebastiam como na verdade sois aceitai de nos dr." e peças..." Prenderam-no, estando êle vestido todo de "veludo lavrado m.^l bem tratado". Ê conduzido a Lisboa por duas companhias de soldados *castelhanos*, em virtude de se temer "ainda q̄ no caminho socedesse algum levantam.^l". (Todos os sublinhados são nossos).

Chega a Lisboa "e o puzerãõ no câpo de santa crara huã me-nham toda aonde o hia ver *todo o povo de lix.*" q̄ não ficava pessoa q̄ o não fosse ver". E' a curiosidade e o que êle representa, que arrastam o povo lisboeta. A 12 de setembro de 1584 saiu o impostor a "asoutar pela Rua nova com baraço E pregaõ pera as gales pera todo o sempre e não moreo por não aver testemunhas que diçessem

que elle dísse nunca q̄ era Rey senão proçedia pela ordem atras escrita . . . e desta man.^{ra} se deu fim a esta tragicomedia”.

Quanto ao segundo caso, o do D. Sebastião da Ericeira, surge pouco depois e Pero Roiz relata assim o aparecimento: “. . . não bastou o dessengano do Rey de pena Macor . . . pera *deixarē dafirmar sempre* ser el Rey dom sebastiam vivo tanto q̄ entre os fidalgos e todos . . . e nunca esta afirmassaõ *deixou de andar viva* . . . se tornou afirmar que el Rey dom sebastiam não tam scm.^{to} era vivo mas q̄ estava m.^{to}. Muito perto de Lix.^a e que hiaõ m.^{tos} fidalgos falar com elle e outros lhe mandavão Recados ate que de todo se descobrio questava na Eyriseira”. O caso tinha veracidade e tanta ela era que “os Vilaõs ynham todos comprar polvora pubricam.^{to} a cidade dizendo a todos que era pera acompanhar el Rey dom sebastiam e andando a cousa desta man.^{ra} entre grandes E pequenos afirmado ser aquelle . . .”

Afinal vem a saber-se, por investigação, a mando do governador do país, o cardeal Alberto, que aquêle D. Sebastião não passava de “hũ ermitam questava ali nuã ermida da eriseira”. O cardeal ficou soçegado ao saber que não era o verdadeiro D. Sebastião, mas apouquentava-o o fato de conhecer que o ermitão da Ericeira se dirigira por carta a D. Diogo de Sousa, general da armada, e às câmaras de algumas cidades do país, incitando-as a estarem prevenidas para o receberem como rei. Êste falso monarca tem um sentido popular: são os vilãos que o apoiam é, na noite de S. João tem planeado “mandar descabessar todos os fidalgos”. Foi, porém, preso e trazido para Lisboa em 18 de junho de 1585. Enforcaram-no e esquarteiraram-no “com hũ pregaõ de huã folha de papel em q̄ Recontava os males e danos de q̄ fora causador e desta man.^{ra}” ouve fim esta tragicomedia que tantas vidas custou e tantas desaventuras”.

O terceiro caso relaciona-se com um pasteleiro Madrigual que enganou o frade Miguel dos Santos da ordem de Santo Agostinho, desterrado em Espanha por seguir o partido do prior do Crato. A grande vítima, porém, foi o fr. Miguel dos Santos que levaram a enforçar a 20 de outubro de 1595, depois de lhe tirarem os hábitos religiosos e de os substituirem por “pano tozado preto”.

O quarto caso foi o do calabrês Marco Túlio Catizone que se fêz passar por D. Sebastião, que chegara a Veneza “entraioes de cativo”. O falso monarca fazia-se tão bem passar pelo jovem rei que testemunhas houve que alguns defeitos físicos lhe notaram e todos êles semelhantes aos do verdadeiro rei. Castela, porém, ronda, por intermédio do seu embaixador naquelas paragens, a casa onde se alojava o pretense D. Sebastião, que já tem bons fidalgos portugueses a apoiá-lo. Mas na possível viagem para Portugal, é preso em Florença e entregue, pouco depois, ao vice-rei de Veneza. Ao verem-no outros portugueses e italianos, houve discrepância, pois “hũs deziaõ que não era Rey era hũ calabres outros deziaõ que sim era e asim andava esta confuzaõ en todos”. O certo é que êle foi levado para

Sevilha, onde o foram ver também outros portugueses. Por fim foi enforcado e o A. reza assim: “Não se sabe a \bar{q} passou na realidade, e foi \bar{q} o Rey desapareseo e não se sabe como, por \bar{q} se falou Variam.¹⁶ e os castelhanos por \bar{q} os Portuguezes o naõ tivessem ainda por vivo enforcaraõ na gale hũ forçado calabre dizendo \bar{q} era o Rey.”

A propósito dêstes falsos reis podemos concluir da posição tomada pelo misterioso Pero Roiz:

1.^o Apenas acredita em D. Antônio, legítimo pretendente ao trono. Todos os que se mascaram de D. Sebastião, são descobertos, levando ao derramamento inútil de sangue, e como tal merecedores de castigo;

2.^o Os falsos reis têm um sentido popular, já dado pela sua condição social, já dado pela sua pretensa atuação política. Representarão, nas camadas sociais mais baixas, o desejo de independência que se mantêm vivo e que toma formas concretas e rudes, mas realmente visíveis e não idéia abstracta e intelectualizada;

3.^o Embora a idéia de que o “rei não morreu” parta do povo, ela ganha “grandes e pequenos” e leva a uma posição de resistência de enorme efeito moral e psicológico, como é o caso de Manuel de Sousa Coutinho, o frei Luíz de Sousa, da vida monástica, que lança fogo ao seu palácio em Almada para que êle não vá servir de residência aos opressores;

4.^o Não são as figuras dos falsos reis que levam, segundo transparece da narrativa, ao “sebastianismo”. Pelo contrário, elas fazem parte do clima da época, sôbre o qual há inúmeros fatores bem expressos pelo autor: presságios aziagos (cometas, tempestades, exemplares teratológicos, etc.), dificuldades, crises, ameaça de desembarques inglêses, tributos, etc.

Para lá dos acontecimentos internos, o “Memorial” também dá notícia de acontecimentos internacionais, cujo teatro foi em França (matança de São Bartolomeu, assassínio de Henrique IV), em Inglaterra, Itália, etc.

O “Memorial” nas suas compactas quinhentas páginas é rico de pormenores e sugestões, de forma que é impossível resumí-las, bastando dizer-se que o A. não deixa de relacionar a desgraça geral dos tempos com as oscilações do custo de vida.

II — O outro ponto de grande interêsse do “Memorial” é o de se desconhecer o seu autor. Barbosa Machado, in — “Biblioteca Lusitana”, pouco adianta ao dizer que se ignora a pátria e estado de Pedro Rodrigues Soares. Seguidamente transcreve o título da obra nestes têrmos: “Memorial de todos os casos dignos de memória acontecidos nesta insigne cidade de Lisboa cabeça primaz das Espanhas com outros acontecimentos notaveis noutros Reinos muito para ver, e saber, e ler, começados desde a era de 1565 por diante, os quaes me puz a escrever respeitando o gosto, e proveito dos vindouros para os saberem achando-os escritos, e se alguns ociosos, e mal entendidos, e pouco curiosos grossarem o escrevellos eu, os taes os não

leão, porque nem elles se escreverão para os taes, nem delles quem favor, nem emenda dado que muitos esperem dos curiosos de lerem casos verdadeiros, que a insignia, que este Memorial leva, porque todos foraõ vistos pelos olhos de quem os escreveo, e acontecidos em seu admiravel, e espantossissimo tempo de tão affortunadas eras, como foraõ as destes annos, que muy larga, e distinctamente se verá por este “Memorial”. Descreve depois, o exemplar no aspecto externo que consta de 128 capitulos, e 269 meyas folhas, e se conserva assinado por seu Author na Livraria de Fernão de Miranda”.

O que Barbosa Machado ignorava, também nós ainda hoje desconhecemos e será da máxima importância topar-se com a identidade do autor do “Memorial”, pois assim esclarecer-se-ão muitas das dúvidas que pairam sobre esta magnífica fonte, toda ela impregnada de um alto conceito político, e que vai “contando e escrevendo as cousas pello tempo em que passavam por não me devirtir do tempo em que as coussas passavão.”

Através das cinco centenas de páginas, in-quarto, o autor não manifesta qualquer nota que o possa revelar. O fato compreende-se bem. A perseguição aos adversários da dominação castelhana é feroz. Seria, talvez, altura de recordar algumas das torturas inflingidas. Mas elas encontram-se devidamente assinaladas no “Memorial” para que as registemos aqui. Receoso da perseguição, antonista convicto, o autor do “Memorial” conservou-se no anonimato, e usou um falso nome.

De onde em onde, o A. fala na primeira pessoa e diz: “eu vi” (pg. 274), “eu obtive” (pg. 306), e refere outras notas pessoais (pg. 332, 337, 354, 374, 389, 403, 433, 451, 452, 497, 500). Tais referências, porém, não nos dão uma prova decisiva, de molde a identificarmos o memorialista.

À guisa de aproximação e empregando os critérios da palavra-testemunha e o sociológico, talvez, sejamos tentados a incluir êste Pero Rodrigues Soares na classe eclesiástica. Usa a expressão “grandes e pequenos”, toma sempre uma attitude intermédia entre o fidalgo e as classes mais baixas. Além disso, ao narrar alguns acontecimentos, afirma que a fonte donde os recebeu estava ligada aos meios eclesiásticos (pg. 306).

Esperemos, pois, o livro que Lopes de Almeida nos anuncia e no qual será estudada “a personalidade do autor, e as reacções do seu espírito perante o mundo em que viveu”. Até ao aparecimento dêsse trabalho, apenas há que tirar do “Memorial” os inúmeros e preciosos dados que êle fornece.

JORGE PEIXOTO